

INQUIETAÇÕES SOBRE O *HABITAT* URBANO CONTEMPORÂNEO

ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA¹

VICTOR MOURA SOARES FERRERIA²

RESUMO

A cidade, como *habitat* humano por excelência, revela com grande fidelidade as ações dos homens ao longo do tempo, seja em sua materialidade seja nas representações construídas a partir dela. A cidade contemporânea distancia-se da cidade moderna, mas carrega em si a gênese de seus problemas. O homem contemporâneo é majoritariamente urbano e elege a cidade como seu *habitat*. Em função disso, as ações sobre o *habitat* urbano caracterizam-se pela fragmentação conduzida pela multiplicação das linguagens que a fomentam. A cultura torna-se o vetor principal dos procedimentos de planejamento urbano que, a partir de então, tornam-se irremediavelmente presos às imagens construídas da cidade. Nesse âmbito, este artigo inicia uma discussão sobre a cidade contemporânea e sua estreita ligação com a cultura, a partir de uma preliminar revisão bibliográfica, com o intuito de levantar inquietações acerca do *habitat* urbano contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: habitat urbano, cultura.

1. INTRODUÇÃO

A cidade, como *habitat* humano por excelência, revela as ações dos homens ao longo do tempo, seja em sua materialidade seja nas representações construídas a partir dela. A cidade sempre esteve presente na história da humanidade, mas é a partir da constituição da modernidade e da conjuntura dela derivada que os aglomerados urbanos posicionam-se como questão. A multiplicidade de problemas sugere olhares diversos sobre a cidade, instituindo a questão urbana, que vai originar reflexões e intervenções, desdobrando-se, em meados dos oitocentos, numa disciplina chamada urbanismo (BRESCIANI, 2002).

Do século XIX em diante, avolumam-se os problemas, as reflexões e as intervenções sobre as cidades. Na história recente, as inovações tecnológicas, a mudança no padrão de produção e consumo, a expansão da cultura global em contraposição às culturas tradicionais e

¹ Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Atualmente é professora-adjunta III do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Artes Visuais e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Mestrado Projeto e Cidade, da Universidade Federal de Goiás.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Projeto e Cidade, na Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás (UFG), bolsista Capes.

a gestão liberal e posteriormente neoliberal dos recursos e dos espaços influenciaram na configuração das cidades atuais. Em princípios do século XX, alguns desses agentes e transformações motivaram propostas como aquelas sugeridas pelos modernistas a partir de 1930. Ainda que não se caracterizassem por um movimento homogêneo, os modernos insistiam no valor social da arquitetura e do urbanismo e na confiança de que os novos meios tecnológicos transformariam o cenário do *habitat* do homem ideal e perfeito (MONTANER, 2013). Nesse sentido, as cidades deveriam ser pensadas e construídas *ex-nihilo*, perfeitamente harmônicas, distribuídas em zonas funcionais (cada conjunto de atividades seria reunido conforme sua função), com vias hierarquicamente definidas, imersas no verde, com suas edificações apropriadas para esse homem ideal, entre outros. Assim pensaram os modernistas heroicos.

Após 1950, alguns arquitetos desencadearam críticas aos modernos, porque entendiam que o objeto não era o homem ideal e sim o homem real como seus sentimentos, emoções e temores. A partir daí o olhar sobre as cidades se altera, compreendendo-se que a cidade não é um ser rígido e estático, mas dinâmico, interativo e responsável por atribuir significado ao ator que a interpreta: o homem.

A análise de alguns olhares sobre a cidade do século XXI permitirá refletir acerca do *habitat* do homem contemporâneo. Tal reflexão permeia os efeitos do processo de mundialização, ou globalização – como consequência da transformação do sistema capitalista e da alteração do modo de produção –, e a influência da cultura sobre a forma de habitar, apropriar e gerenciar o urbano.

2. CIDADE-MUNDO OU MUNDO-CIDADE?

O momento atual é resultado da mudança conjunta na relação espaço-tempo, alterado no período pós-industrial pelas novas tecnologias e meios de comunicação, transformando o processo produtivo, as relações em sociedade, e constituindo o processo de mundialização. O espaço, em constante redefinição, é resultado da necessidade de ampliação das formas de valorização do capital, conforme Silva e Campos (2008). Contrariando a afirmação de que o espaço perdeu importância para o tempo, os mesmos autores defendem que o espaço assumiu

um papel essencial nas relações sociais, uma vez que essas relações não só produziram um espaço, como o reproduziram em cada momento histórico com suas particularidades.

A configuração e conexão entre os espaços, mediante o deslocamento de pessoas, mercadorias, comunicação e circulação de informações, permitiu também a alteração da noção de fronteira em um fenômeno denominado, segundo Augé (2010), de “mobilidade sobremoderna”. Esse fenômeno corresponde ao paradoxo segundo o qual teoricamente tudo pode ser feito sem o deslocamento, mas mesmo assim ele ocorre. Desse modo, as cidades contemporâneas devem conceber o urbanismo em função da conexão umas com as outras, estabelecendo sempre uma estreita relação entre interior e exterior. A cidade assume então uma importância além de suas fronteiras físicas, como campo estruturador da organização social, cultural, tecnológica e financeira em nível mundial. Por isso, é necessária uma infraestrutura urbana capaz de conectar as cidades em rede, o que requer alta tecnologia, fácil acessibilidade e serviços especializados. Tal questão está intimamente ligada ao conceito de cidade global, criado pela socióloga Saskia Sassen em 1997, segundo o qual as cidades são equipadas com alta tecnologia para garantir a globalização da economia (FREITAG, 2006).

De forma geral, no urbanismo contemporâneo, busca-se a organização da cidade para que proporcione vitalidade e consumo, expandindo uma imagem acolhedora e atraente, inserida em mecanismos precisos de comunicação e conexão em rede, entre outros. Para tal, criam-se equipamentos (aeroportos, hotéis, grandes torres de empresas) projetados para tais exigências, tornando-os responsáveis pela fragmentação do espaço urbano e pela construção de “não lugares”. Os não lugares, diz Augé (2010:37), são “espaços onde não se pode vislumbrar nenhuma relação social, onde nenhum passado partilhado inscreve, mas, ao contrário dos não lugares da sobremodernidade triunfante, não são mais espaços de comunicação, de circulação ou de consumo”.

Para Augé (2010), o processo de globalização desdobra-se em dois mundos: o mundo-cidade e a cidade-mundo. O mundo-cidade é a totalidade do mundo, onde circulam os mesmos produtos e trabalham os mesmos profissionais. A cidade-mundo é onde se encontram todas as diferenças e conflitos, sociais, étnicos, religiosos, entre outros. Logo, “o mundo cidade representa o ideal e a ideologia do sistema da globalização, enquanto na cidade mundo expressam-se as contradições ou as tensões históricas engendradas por esse sistema” (AUGÉ,

2010:44). Na articulação do mundo-cidade e da cidade houve o embaralhamento de imagens que possibilitou a constituição de zonas de vazio, que seriam “vazios industriais, terrenos baldios entregues provisoriamente à solidão ou à colonização dos *squatters*, que se situam por vezes bem próximos às instalações que mundializam a cidade: auto-estradas, vias férreas, aeroportos” (AUGÉ, 2010:47-48).

Os reflexos do processo de mundialização, ofuscados pelo brilho das imagens e do discurso suave da era global, buscam construir um cenário urbano harmônico, que favoreça o homem contemporâneo a usufruir da economia neoliberal e se deleitar nos prazeres que a vida cosmopolita oferece. Contraditoriamente, o habitante urbano cede a algumas mudanças surgidas em decorrência desse processo, sendo que, de acordo com Augé (2010), a primeira é a espaçotemporal, em que o espaço terrestre se reduziu e o tempo dos homens se acelerou; a segunda é a consagração da perenidade do presente; a terceira é a espacial e social, no qual o enclausuramento nunca foi tão numeroso em um mundo onde tudo circula e uniformiza-se; a quarta refere-se ao aumento da desigualdade social; e por último, a segregação entre a elite do saber e aqueles que não o possuem.

Por conseguinte, é possível dizer que a globalização, ao invés de promover a conexão e promoção da vida social com equidade, fragmenta o mundo em cidades que abrigam outras cidades. Esse processo, segundo Jameson (2007), está relacionado com a transformação do sistema capitalista. Ou seja, o atual estágio do pós-modernismo é constituído pelo “sistema capitalista tardio”, ou “multinacional”, que possui uma lógica cultural. Tal sistema é reflexo da modificação do modo de produção capitalista, que deixou de utilizar e produzir bens e produtos materiais, e passou a utilizar bens e serviços com conteúdo intelectual, artístico e cultural em consonância com o uso das novas tecnologias. A partir daí a cultura adquiriu um grande valor cognitivo e um potencial de transformação, influenciando as práticas e hábitos sociais, as formas de organização e apropriação do território, e configurando um novo sistema econômico mundial.

2.1. A mercantilização do urbano

Na cidade a inter-relação entre cultura e economia sempre foi latente, pois ao mesmo tempo ela é uma unidade econômica que possui sua organização baseada na divisão do trabalho e um produto da natureza humana envolvido nos processos vitais das pessoas que a

compõem: “[...] é o habitat natural do homem civilizado. Por essa razão, ela é uma área cultural caracterizada pelo seu próprio tipo cultural peculiar” (PARK, 1973:26-28).

Em tempos contemporâneos, a nova organização social forjada pelo capitalismo tardio busca inserir uma “cultura global” utilizando a cidade como vitrine de exposição. Os produtos oferecidos são lugares, estilos, imagens, tradições locais, histórias, arte, enfim, os mais diversos produtos culturais, em um fenômeno conhecido como “homogeneização cultural”, em um efeito de “supermercado cultural” (HALL, 2004).

Otília Arantes (2000) entende a crescente centralidade da cultura, no processo comandado cada vez mais pelo capital, como uma continuidade entre o urbanismo crítico ao modernismo com aquele da geração anterior, distinguindo-se apenas quanto ao gerenciamento empresarial das cidades. O urbanismo contemporâneo tem sido conduzido por planos estratégicos, que não passam de políticas de *image-making*, ao utilizar as cidades como marca no mercado global competitivo da “Era da informação”. Por ser o indicador de valorização patrimonial, a cultura é a chave para os investimentos na cidade-empresa-cultural. Nessa relação de imagem e produto, a cidade é uma mercadoria que está à venda, é uma empresa que gerencia e busca lucros, é uma pátria cujo produto é vendido como civismo, para que os usuários se identifiquem com a marca.

Aqueles espaços vazios e abandonados criados no processo de mundialização, como apontou Augé (2010), serão elementos essenciais na construção da imagem das cidades mediante projetos de renovação urbana, os quais cooperam para o desenvolvimento econômico, cultural, social e simbólico do urbano. Vargas e Castilho (2009) apontam que esse processo realiza-se por meio de intervenções pontuais, em que um objeto arquitetônico torna-se o protagonista principal, e de intervenções de natureza socioespacial, em que ocorre a reestruturação do espaço, determinado por objetivos de inclusão social, revitalização econômica e preservação do patrimônio cultural.

O processo de construir uma imagem positiva da cidade por intermédio da cultura, da história e da reestruturação dos espaços abandonados tem sido desde 1973, na concepção de Harvey (2006), um processo de competição intraurbana e empreendedorismo como forma de atrair investimentos e pessoas de determinado tipo. Para isso, políticas de ocupação do território urbano, mediante planejamentos estratégicos, adotam ferramentas para inserir a

“cidade-alvo” em um nó da rede internacional de cidades e, assim, torná-la atraente para o investimento de capital (ARANTES, 2000).

O movimento de renovação urbana direciona o espaço urbano para um processo de refuncionalização, no qual, por intermédio da construção de uma infraestrutura urbana no vazio urbano, permite que áreas sejam re/edificadas e recebam novos usos. O resultado é que o solo urbano deixa de ser um meio e torna-se a condição essencial para o investimento do capital (SILVA; CAMPOS, 2008). Os mesmos autores completam:

O sentido das renovações urbanas se inscreve, portanto, num conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras, com orientação significativa no processo de reprodução espacial, que converge para a segregação e hierarquização no espaço a partir da destruição da morfologia de uma área da metrópole que ameaça/transforma a vida urbana, reorientando usos e funções dos lugares da cidade. Assim, trata-se de um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação. (SILVA; CAMPOS, 2008:143).

A “cidade dos promotores”, como aponta Hall (2004), expressa a nova forma de reorganizar a cidade “por partes” a partir de planos específicos e métodos de regulação, com o gerenciamento realizado pela iniciativa privada. Sem dúvida, a experiência que melhor revela essa nova forma de se “refazer” cidade é a operação realizada em 1980 nas Docklands, antiga zona portuária de Londres (VÁZQUEZ, 2004).

Os discursos, com as justificativas de construir uma melhor qualidade urbana, promover a sustentabilidade, transformar a paisagem para reforçar a imagem pública, atrair o investimento do capital, tornar-se centro financeiro, tecnológico, cultural e turístico, na verdade, revelam a cidade como máquina de produzir riquezas. E para seu funcionamento, o combustível cultural é essencial, assim como o são as técnicas de manipulação do urbano, a constituição de um orgulho cívico e patriota dos habitantes, o incentivo de alguns cooperadores (incorporadores, corretores, universidades, mídia etc.) e os condutores desta máquina: os planejadores urbanos e os promotores culturais (ARANTES, 2000; BESSA; ÁLVARES, 2014).

Assim, a cidade contemporânea, na ânsia de se distanciar da cidade moderna, que busca a constituição do espaço com imprevistos, significado, acessibilidade, apropriações e uso para pessoas, carrega em si a gênese de seus problemas, ao estabelecer um modelo de homem “universal”. A cultura global, ao tornar-se parte essencial na construção do *habitat*

desse homem, embaralha as imagens, confundindo ou não constituindo uma identidade própria. Mesmo assim, o urbano não deixa de ser o *habitat* idealizado do homem contemporâneo, uma vez que oferece os mais diversos meios e condições para sua sobrevivência.

3. DA FRAGMENTAÇÃO À RECONSTRUÇÃO DO *HABITAT* URBANO

O filósofo alemão Martin Heidegger, em seu texto *Construir, habitar, pensar*, trata o “habitar” como um traço fundamental do ser, o que só é possível por meio do “construir”. O construir “é edificar lugares mediante a agregação de seus espaços”, logo, “só quando podemos habitar é que podemos construir” (HEIDEGGER, 2007:348). E na busca de construir uma cidade para pessoas após a era industrial, muitas propostas surgiram como formas de constituir um espaço urbano habitável. Mas, como aponta Heidegger, a verdadeira crise do habitar está no fato de que os homens estão sempre procurando o ser da habitação e o de que precisam antes de tudo é aprender a habitar, ou seja, construir e edificar lugares que revelem seu “estar na terra”.

Entre as leituras e propostas alternativas ao planejamento convencional da cidade contemporânea surgiram possibilidades de interpretação e intervenção, assumindo a sua fragmentação. A técnica da colagem é uma das estratégias que permitem a reunião de espaços diferenciados. A colagem como técnica urbana pós-moderna, como defendido por Rowe e Koetter (2013), trabalha com fragmentos, ao utilizar objetos de seu contexto ou os retirar deste, permitindo ao observador uma multiplicidade de leituras. Para esses autores, trata-se de uma forma que é mais acolhedora que a da cidade moderna, pois, diferentemente da utopia, ela oferece uma visão pluralista e fragmentária:

[...] como a grande virtude do método da colagem está em sua ironia, no fato de parecer uma técnica de usar coisas e de, ao mesmo tempo, não acreditar nelas, também é uma estratégia que nos permite lidar com a utopia como imagem, trabalhar com fragmentos dela, sem nos obrigar a aceitá-la *in toto*. E isso nos sugere que a colagem, mesmo sendo um suporte de ilusões utópicas de imutabilidade e finalidade, poderia alimentar uma realidade feita de mudanças, movimentos, ações e história. (ROWE; KOETTER, 2013:321).

Tomando a Villa Adriana como modelo da cidade-colagem, os referidos autores expõem que se trata de uma Roma em miniatura. Mas não é uma reprodução simples, visto que ela revela os conflitos, os acontecimentos, as diferentes épocas históricas, os vários

construtores, além de apresentar “uma iconografia tão complexa quanto sua planta. Aqui uma referência ao Egito, ali parece que estamos na Síria, e mais adiante poderia ser Atenas” (ROWE; KOETTER, 2013:306). Os variados fragmentos da Villa Adriana estabelecem-na como um modelo que demonstra as exigências do ideal, e segundo os autores esse modelo tem se tornado necessário do ponto de vista político.

A mesma técnica de fragmentação utilizada na cidade-colagem é encontrada na “*patchwork city*” – ou uma obra feita de remendos. *Patchwork city* é resultado de um processo em escala global, no qual a cidade tradicional se dissolveu e se fragmentou, como uma combinação de retalhos. É justamente essa combinação irregular que qualifica o espaço urbano contemporâneo como aberto, incompleto, inacabado. Esse deslocamento sobre o território permite uma mistura de realidades, conflitos e tensões, e a descoberta de belezas e atrações; as fragmentações sem uma aparente coesão se baseiam não na forma das edificações, mas nas partes que a articulam (GAUSA; GUALLART et al., 2002).

Pode-se observar também a ideia da fragmentação em *Pós-escrito: introdução à nova pesquisa sobre "a cidade contemporânea"*, de Koolhaas (2013), que explora as novas formas de arquitetura nas cidades contemporâneas a partir da análise de processos espontâneos em cidades como Paris, Atlanta e Tóquio. Segundo esse autor, o foco de interesse deixou de ser os centros históricos. Desse modo, novos territórios passaram a ser explorados, o que ocasionou a fragmentação da cidade contemporânea, dado o deslocamento do centro de referência da dinâmica urbana para a periferia (KOOLHAAS, 2013). Denominado “*edge cities*”, esse fenômeno contemporâneo aceita a condição “de expansão desordenada e produção ilimitada de não lugares; busca descobrir as virtudes em meio a esta situação nas franjas periféricas da cidade, que outros ignoraram em benefício do centro urbano mais bem definido” (NESBITT, 2013:68).

Koolhaas (2013) defende que essa fragmentação, ou deslocamento do centro para a periferia, possibilita a formação de uma beleza não reconhecida e negligenciada pelos arquitetos, a qual permitirá à cidade moderna se concretizar. Os arquitetos, ao descobrirem essas bordas periféricas, passaram a investigar nas áreas industriais abandonadas a fim de revelar o potencial desses espaços. Segundo ele, esse processo tem sido tratado inicialmente

de forma espontânea para readequar-se aos diferentes usos (parques, sedes de empresas) e possibilitar a construção de novas formas na arquitetura e no urbanismo.

Ignasi de Solà-Morales (2002:101) declara que os habitantes das cidades grandes, não se sentindo pertencentes a elas, buscaram justamente nos subúrbios e suas pequenas escalas identificarem-se com os espaços; por isso, “a sobrevivência do significado dos lugares através do tempo não pode ser menosprezada”. Essa situação de ausência é detectada no território como “*terrain vague*”, expressão de origem francesa que possui uma multiplicidade de significados: vago, vazio, livre de atividade, improdutivo, obsoleto; é também atribuído como: impreciso, indefinido, vago, sem limites determinados, sem um horizonte de futuro. Solà-Morales aponta que o *terrain vague* refere-se aos territórios abandonados em cidades grandes, não somente pela indústria, mas também por ferrovias, portos, pelo recesso da atividade residencial e comercial, além dos espaços residuais às margens dos rios, aterros, pedreiras; enfim, são áreas subutilizadas e edifícios abandonados em consequência de diversos fatores.

Os projetos e investimentos que buscam reintegrar o *terrain vague* e o patrimônio construído ao tecido da cidade buscam torná-la mais eficiente e funcional. Essas operações se dão de forma espontânea por artistas, vizinhos e cidadãos que buscam um lugar de liberdade; no *terrain vague* eles encontram o cenário perfeito para expressão, pois a forte presença do passado e presente possibilita a construção de uma identidade (SOLÀ-MORALES, 2002).

A preocupação de inserir o homem em um lugar satisfatório revela o que Mumford (1998:16) diz: “[...] antes mesmo que a cidade seja um lugar de residência fixa, começa como um ponto de encontro aonde periodicamente as pessoas voltem”, o que requer um espaço atrativo, convidativo e seguro. Mumford aponta que foi a partir do século XVIII que os problemas gerados na cidade pelas indústrias impulsionaram a busca pela liberdade, beleza e segurança do subúrbio. Nesse mesmo sentido, Harvey (2006) diz que a busca por um espaço urbano construído para pessoas, que revele o sentido de pertencimento e expresse identidade, apareceu após as contribuições dos pós-modernos Venturi, Scott Brown e Izenour (1972), em *Aprendendo com Las Vegas*, ao defender que:

[...] os arquitetos tinham mais que aprender com o estudo de paisagens populares e comerciais (como os subúrbios e locais de concentração de comércio) do que com a

busca de ideais abstratos, teóricos e doutrinários. Era hora, diziam os autores, de construir para pessoas, e não para o Homem. As torres de vidro, os blocos de concreto e as lajes de aço que pareciam destinadas a dominar todas as paisagens urbanas [...] foram progressivamente sendo substituídos por blocos-torre ornamentados, praças medievais, habitações projetadas para as necessidades dos habitantes, fábricas e armazéns renovados e paisagens de toda espécie reabilitadas, tudo em nome da defesa de um ambiente urbano mais “satisfatório”. (Apud HARVEY, 2006:45-46).

Pode-se dizer que o processo de apropriação de espaços abandonados, inicialmente realizado de forma espontânea, busca descobrir nos espaços uma identidade cultural e uma liberdade de expressão. Em um segundo momento, a cultura e a história são utilizadas como ferramentas de valorização (manipulação) do espaço urbano em um processo de empreendedorismo urbano, realizado entre a parceria da gestão pública e iniciativa privada. Nesse sistema, em que a própria cidade se tornou a máquina de produção de riqueza, quais os resíduos produzidos por ela? Qual o seu impacto no “mercado”? Quais as ferramentas utilizadas nesse processo de venda?

4. PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DO URBANO

Sobre a valorização do território urbano, Arantes (2000) diz que as políticas de *image-making*, *business-oriented*, ou ainda *market friendly*, além de explorarem a cultura como elemento indutor na construção da imagem de uma cidade, utilizam-se de ferramentas de impacto imagético e midiático das arquiteturas-ícones. Trata-se de intervenções no patrimônio histórico e cultural, investimento em megaeventos ou eventos emblemáticos, inserção de equipamentos públicos como parques, museus, e construção de edifícios de alto padrão projetados por arquitetos de prestígio.

Tais estratégias invertem a lógica de produção do espaço, pois a imagem urbana é criada antes mesmo que se produza a forma urbana. Pode-se considerar, então, que a imagem é o primeiro elemento necessário para produzir cidade, pois por intermédio dela os investimentos serão atraídos e aplicados no território urbano (MUÑOZ, 2008).

Arantes (2000) relata o redesenvolvimento urbano da Baltimore City Fair como um resumo da evolução e espetáculo urbano com a "arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição, de efemeridade e *jouissance*" etc. (ARANTES, 2000: 23).

De sua parte, Bessa e Álvares (2014) apontam que um dos melhores exemplos contemporâneos da influência da arquitetura na transformação do espaço urbano degradado foi a revitalização de uma antiga área portuária da cidade de Bilbao, neste caso, o Museu Guggenheim de Bilbao. Um complexo cultural em escala monumental projetado por Frank Gehry, foi o elemento indutor de transformação urbanística e responsável por atrair o olhar dos investidores e turistas.

Quanto à fórmula de utilizar megaeventos ou eventos emblemáticos, é possível mencionar, sem dúvida, o *marketing* das Olimpíadas de 1992, em Barcelona. Contando com o apoio do plano “Barcelona 2000”, as intervenções realizadas não deveriam se esgotar em 1992, e sim afirmar uma identidade, ao “desenvolver uma imagem forte e positiva da cidade, explorando ao máximo o seu capital simbólico, de forma a reconquistar sua inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais” (ARANTES, 2000:54).

Já na cidade de Lisboa, sua promoção à capital cultural europeia em 1994, e em seguida a reconversão urbana de uma vasta zona portuária e industrial, buscou de forma espetacular “fazer cidade” mediante eventos. Lisboa se aproveitou de grandes eventos e junto a um Plano Estratégico buscou se apropriar de vazios urbanos como forma de alavancar investimentos. Ao se tornar uma “cidade-feira”, mediante um plano estratégico ancorado no vazio urbano que visa “reconstruir o sentido de cidade”, na verdade, tornou-se uma “vitrine-mostruário de arquitetura de última geração [...] a ocupar um nó estratégico na rede das cidades mundiais [que] se faz reconhecer, enfim identificar, por uma marca [...]” (ARANTES, 2000:61-63).

O processo de construir uma imagem positiva da cidade por meio da cultura, história e da reestruturação dos espaços abandonados tem sido, na concepção de Harvey (2006), desde 1973, um processo de competição intraurbana e empreendedorismo como forma de atrair investimentos e pessoas de determinado tipo. Para isso, políticas de ocupação do território urbano, mediante planejamentos estratégicos, adotam ferramentas para inserir a “cidade-alvo” em um nó da rede internacional de cidades e, assim, torná-la atraente para o investimento de capital (ARANTES, 2000).

Esse modo de fazer cidade, a partir da construção de uma imagem à venda, estabelece uma forma frágil de se pensar o espaço urbano da cidade contemporânea, pois ele é

“proposital” e “rígido”, e não um processo natural e espontâneo de apropriação. Podemos refletir sobre a imagem de cidade contemporânea como um “efeito de moda”, caracterizado pela política de valorização da cidade mediante a instrumentalização de uma “cultura global” com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, e como resultado a constituição de um espaço de desigualdade, segregação e conflito, como Arantes (2000:28) reflete a partir das considerações de Molotch e Logan:

O processo de construção da cidade distribui esculturas, museus e edifícios de alto padrão atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar e gozar sua afluência. As zonas favorecidas incorporam, como lugares, o capital cultural que não somente forja seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas.

A cidade contemporânea deveria permitir ao homem contemporâneo habitar e criar o espaço urbano com liberdade. Entretanto, o que se observa é a produção funcionalista de um espaço universal, que privilegia o progresso.

[É] o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir. (CERTEAU, 1994:174).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos “espetaculares” e o discurso “culturalizado” dos manipuladores das cidades contemporâneas constituem a oferta requerida pelo consumo de massas cada vez mais cultural e global. As cidades contemporâneas são então pensadas em função da necessidade de estabelecer conexão umas com as outras (AUGÉ, 2010), objetivando atrair o olhar do turista e das grandes empresas. Para isso, há investimentos em infraestrutura urbana, transporte público, comunicação e tecnologia, atividades culturais e de lazer, espaços públicos convidativos; enfim, são realizadas várias melhorias urbanas para construir uma imagem de cidade com uma cultura global.

Com a reapropriação dos espaços abandonados (centros históricos, terrenos baldios e antigos espaços fabris) a partir da década de 1970, inicialmente de forma espontânea, percebeu-se a potencialidade desses espaços “esquecidos”, encontrando-se neles o possível habitar do homem contemporâneo, permitindo-o a afirmação de sua identidade no mundo. A partir disso, é criada uma imagem, fruto do “discurso cristalizado em condutas e em

organizações materiais e espaciais” (JODELET, 2001:17-18) por gestores e investidores condicionados ao “tudo é cultura”. Entretanto, ao dizer isso, há a perda da identidade cultural local, aquela que permite ao habitante ter seu lugar no mundo.

A concepção de construir, ou melhor, “reconstruir” a cidade a partir um “modelo repetido bem-sucedido” por meio de planos estratégicos talvez seja o grande equívoco nesse processo de “construir” cidades. Como Koolhaas (2013) defende, ao remodelar a cidade sem destruir sua preexistência, escolhe-se o quê, onde e como edificar. Assim, “sua estratégia básica consistiria em intensificar e tornar claras as condições existentes mediante um contraste entre o espaço aberto e a edificação densa” (NESBITT, 2013: 69). Provavelmente, essa seria uma forma de construir um limite que permitiria ao habitante contemporâneo encontrar seu lugar no “mundo”, mas também explorá-lo.

As intervenções realizadas em uma parte específica da cidade, partindo dos restos, memórias e fragmentos, propõem respostas ao que até então se entendia como inacabado ou mal-resolvido, como aponta Solà-Morales (2002). Observando-se pelo viés estético, funcional, econômico e urbano, tais intervenções são bem-sucedidas, mas do ponto de vista social e moral elas são uma catástrofe, justamente por forjarem o futuro das habitantes de tais áreas e aumentarem a segregação social.

Em suma, o que se pode considerar é que a cidade contemporânea fabrica uma identidade universal, ao criar uma fantasia *kitsch* com base em elementos urbanísticos, artísticos, arquiteturas-espetáculo, imagem midiática, enfim, mediante o arsenal de instrumentos que visam estabelecer uma cidade como parte de um roteiro turístico. Portanto, as cidades não são pensadas para o “habitante permanente”, mas para o “habitante temporário”, o turista. Talvez a mudança desse cenário esteja no anseio de cada habitante poder revelar e defender sua identidade cultural, deixando sua marca no *habitat* urbano por intermédio do andar, falar, vestir, construir e viver.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Tradução: Bruno C. Cavalcanti e Rachel R. A. Barros. Maceió: Edufal; Unesp, 2010.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p.17-35.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol; ÁLVARES, Lúcia Capena. *A construção do turismo: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades*. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução: Píer Luigi Cabra. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2006.

GAUSA, Manuel; GUALLART, Vicente; MÜLLER, Willy; SORIANO, Frederico; MORALES, José; PORRAS, Fernando. *Diccionario Metápolis de Arquitectura Avanzada*. Barcelona: Actar, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar e pensar. In: CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2007.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: A Lógica Cultural Do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Prol Editora Gráfica, 2007.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

KOOLHAAS, Rem (1988). Pós-escrito: introdução à nova pesquisa sobre "a cidade contemporânea". In: NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. Tradução: Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2013a.

_____. (1989). Por uma cidade contemporânea. In: NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. Tradução: Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2013b.

MONTANER, Josep Maria. *A modernidade superada: ensaios sobre arquitetura contemporânea*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2013.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução: Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUÑOZ, Francesc. *Urbanización: paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. Tradução: Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. 2ªed. Trad. Sérgio Masques dos Reis. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

ROWE, Colin; KOETTER, Fred (1975). Cidade-colagem. In: NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. Tradução: Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

SILVA, Catia Antonia; CAMPOS, Andreilino. *Metrópoles em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2008.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territorios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2009.

VÁZQUEZ, Carlos García. *Ciudad hojaldre: visiones urbanas del siglo XXI*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.